



## MULHERES EM MOVIMENTO: participação política, feminismo e resistência nos espaços públicos

Lourdes de Maria Leitão Nunes Rocha<sup>1</sup>  
Celecina de Maria Veras Sales<sup>2</sup>  
Maria Mary Ferreira<sup>3</sup>

### Resumo

A sociedade brasileira a partir de 2015 é marcada por sucessivos acontecimentos impulsionados por interesses econômicos e políticos do capitalismo neoliberal. O Golpe de Estado de 2016 foi a materialização desse projeto, se desdobrou com a proposta de um Estado mínimo e de contrarreformas que atacaram os direitos trabalhistas. As resistências dos movimentos sociais demonstram os descontentamentos de diferentes segmentos, entre os quais as mulheres que esboçaram diversas ações de confronto frente aos retrocessos em curso. Essa mesa objetiva discutir a participação das mulheres na política, a partir de sua inserção no movimento de resistência e ocupação dos espaços públicos (2016-2018), a recusa ao silêncio e as rupturas feitas para adentrar o campo político que requer aprender a jogar e fazer articulações.

**Palavras Chave:** Mulher. Feminismo. Resistência. Participação Política.

**WOMEN IN MOTION:** political participation, feminism and resistance in public spaces

### Abstract

Since 2015, Brazilian society is marked by successive events driven by economic and political interests of neoliberal capitalism. The coup of 2016 was the materialization of this project, and was unfolded with the proposal of a the minimum State and of Reforms that attacked the labor rights. The resistances of social movements demonstrate the discontents of different segments, among which women who outlined several confrontational actions in the face of ongoing setbacks. This table aims to discuss the participation of women in politics, from their insertion in the movement of resistance and occupation of public spaces (2016-2018), and the refusal to silence, and the ruptures made to enter the political field that requires learning to play and make joints.

**Keywords:** Women. Feminism. Resistance. Political Participation.

**Artigo recebido em: 11/11/2019. Aprovado em: 11/02/2020**

<sup>1</sup> Assistente Social. Doutora em Políticas Públicas, membro do Grupo de Pesquisa e Extensão sobre Relações de Gênero, Étnico-Raciais, Geracional, Mulheres e Feminismos (GERAMUS) da Universidade Federal do Maranhão (UFMA). Professora do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas (PPGPP)/UFMA. E-mail: lourdesleitaorochoa@yahoo.com.br

<sup>2</sup> Professora Associada do Curso de Gestão de Políticas Públicas e do Programa de Pós-Graduação em Avaliação em Políticas Públicas (PPGAPP) e do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) da Universidade Federal do Ceará/Brasil. Doutora em Educação, com Pós-Doutorado em Ciências Sociais. Coordenadora do Grupo de Pesquisa Núcleo de Estudos e Pesquisa sobre Gênero, Idade e Família (UFC). Professora do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas (PPGPP)/UFMA. E-mail: celecinavs@gmail.com

<sup>3</sup> Bibliotecário. Professora Associada do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Departamento de Biblioteconomia da Universidade Federal do Maranhão/Brasil, doutora em Sociologia UNESP/FCLAr. Pós-doutorado em Comunicação e Informação na Universidade de Porto. Ex-bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa e Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Maranhão – FAPEMA. E-mail: mmulher13@hotmail.com

## 1 INTRODUÇÃO

Neste artigo, apresentam-se as reflexões propostas na mesa temática “MULHERES EM MOVIMENTO: participação política, feminismo e resistência nos espaços públicos”, que objetivou discutir a participação das mulheres na política, a partir de sua inserção no movimento de resistência e ocupação dos espaços públicos (2016-2018), a recusa ao silêncio e as rupturas feitas para adentrar o campo político que requer aprender a jogar, fazer articulações, negociações, acordos.

A participação política se configura como espaço mais amplo de expressão de cidadania e extrapola a política representativa. Nas manifestações de rua, é possível perceber como as mulheres se expressam em diferentes espaços e diversas formas, através da arte, em manifestações coletivas, no grupo, na rua, nas redes sociais. Muitas ações desenvolvidas no coletivo rompem com determinações prefixadas e com as práticas de poder constituídas na sociedade. Essa forma de agir cria possibilidades de ultrapassar o que está preestabelecido, moldado para investir no domínio de si, na sua autonomia para poder explorar todo o seu potencial.

Os estudos no campo da Ciência Política têm demonstrado a luta das mulheres, nos últimos cem anos, para serem reconhecidas como sujeito político. São estudos que afirmam a incompletude da democracia, dada a sub-representação das mulheres no poder, cujos indicadores são uma clara evidência, ou seja, as mulheres brasileiras estão fora de grande parte das decisões políticas e econômicas deste país. Contraditoriamente, as mulheres têm protagonizado lutas intensas em diversas frentes, demonstrando que a luta política também tem protagonismos das mulheres, embora grande parte desta luta esteja invisível.

O tema “MULHERES EM MOVIMENTO” é desenvolvido a partir dos estudos e militância das autoras nos movimentos feministas, em redes sociais, nas manifestações de rua, em campanhas eleitorais e nos espaços de poder e decisão.

## 2 PODER E MOVIMENTO DAS MULHERES NAS REDES SOCIAIS

As mulheres e a rua, uma relação permeada por oposição e presença. Negada como espaço para as mulheres, a rua tem seu fascínio e sedução. A rua já foi vista como lugar de vadiagem e de vícios, mas também como espaço de manifestações populares.

Desde o Brasil colônia, as mulheres adentram o espaço público, através do trabalho, como as “negras do tabuleiro”, ou como prostitutas, mulheres da rua. Com a República, emerge um novo estilo de vida, é a cidade se sobrepondo, a modernidade que chega com suas mudanças. Nesse momento, a rua também sofre transformações, é higienizada para que as famílias e as mulheres

brancas possam circular. Mas ao ocupar o espaço público, a movimentação das mulheres continua regulada? O que muda na vida dessas mulheres, no que se refere à subordinação e opressão?

A invasão do cenário urbano pelas mulheres, no entanto, não traduz um abrandamento das exigências morais, como atesta a permanência de antigos tabus como o da virgindade. Ao contrário, quanto mais ela escapa da esfera privada da vida doméstica, tanto mais a sociedade burguesa lança sobre seus ombros o anátema do pecado, o sentimento de culpa diante do abandono do lar, dos filhos carentes, do marido extenuado pelas longas horas de trabalho. (RAGO, 1985, p. 63).

Na primeira década do século XX, as mulheres estão no espaço público através do mercado formal de trabalho, mas vão além quando as operárias adentram o campo político, e lideram o movimento grevista.

[...] mulheres que paralisam fábricas não poucas vezes, que se manifestam politicamente nas ruas da cidade, enfrentando a polícia armada, que ocupam bondes e esbofeteiam outras companheiras, cobrando uma solidariedade de classe, resistindo contra a exploração do capital pela ação direta, sejam menos dóceis, pacatas e submissas que o discurso masculino, patronal ou operário. (RAGO, 1985, p.73)

Mesmo acusadas de promover a desordem, as mulheres protestam, reivindicam direitos e vão ocupando espaços ditos masculinos. Quando as mulheres começam a ocupar a rua de forma coletiva, tornam-se um perigo e por isso tem que ser contidas, controladas, cerceadas.

Durante todo o século XX, as mulheres foram ocupando o campo político, nos partidos políticos, movimentos sociais e ações coletivas. A participação das mulheres na política, a partir de sua inserção no movimento de resistência e ocupação dos espaços públicos (2016-2018), exige o uso de *táticas*<sup>1</sup> e o domínio de ferramentas, a competência de saber falar em público, enfrentar concorrência, competição que esse campo exige. A participação política se configura como espaço mais amplo de expressão de cidadania e extrapola a política representativa. Nas manifestações de rua, é possível perceber como as mulheres se expressam em diferentes espaços e diversas formas, através da arte, em manifestações coletivas, no grupo, na rua, nas redes sociais. Muitas ações desenvolvidas no coletivo rompem com determinações prefixadas e com as práticas de poder constituídas na sociedade. Essa forma de agir cria possibilidades de ultrapassar o que está preestabelecido, moldado para investir no domínio de si, na sua autonomia para poder explorar todo o seu potencial.

## **2.2 Os desafios do movimento feminista nas redes**

O Movimento Feminista, desde sua gênese, converge com os princípios da rede, quando toma como um dos principais princípios as relações horizontais, retroalimentáveis, plurais, democráticas e participativas, pressupondo o trabalho colaborativo e a socialização do conhecimento.

No início da organização, no período que inicia em 1850 até início do século XX, as igualitaristas e sufragistas centralizam sua luta pelo direito a educação e ao voto. No momento seguinte (1960-1980), o movimento questiona as relações de poder, faz rupturas de cunho cultural e moral que lhe atribuíram a imagem de movimento radical, e somente na sua fase mais recente o Movimento faz uma política de articulação. A partir dos anos de 1960, o Movimento trouxe importantes transformações sociais que se aliam aos avanços das tecnologias e das ciências.

Em rede o Movimento Feminista articula saberes, interesses, informações, cria possibilidades e estabelece conexões.

A descentralização povoa os ideais das primeiras organizações feministas que surgiram no século XIX, e se estenderam até as primeiras décadas do século XX. Caracterizadas como mulheres pioneiras, igualitaristas e sufragistas, essas mulheres criaram um alicerce para o movimento social que nas décadas de 1960 e 1970 iria interferir no pensamento social e político ocidental.

É no século XX que o movimento feminista em rede professa uma participação igualitária, “como uma voz de resistência e de crítica colocou como centro de seu projeto a multiplicidade, a pluralidade do político” (BANDEIRA, 2000, p.15).

As décadas de 1960 e 1970 representam um período de ebulição em todo o mundo, momento de muitas mudanças sociais e culturais, e, nesse campo propício, o Movimento Feminista, em uma ação mais radical empreende lutas que subvertem a ordem familiar, coloca em questão valores morais e religiosos, e dessa forma, parte para conquista de novos espaços, traz para debate coisas indizíveis, como sexo e prazer.

As Conferências Mundiais da Mulher denotam o reconhecimento e legitimidade social em relação às lutas feministas e a emergência do feminismo heterogêneo e plural. É nesse período que o feminismo se consolida como movimento social e emergem os primeiros estudos de gênero.

É também a partir dos anos de 1970 e das duas décadas seguintes que as novas tecnologias de informação difundiram-se com grande velocidade (CASTELLS, 2002). O novo paradigma tecnológico tem como um de seus componentes a *lógica das redes*. Essa lógica preserva a flexibilidade e a pluralidade, assim como no movimento feminista as diversidades e tensões.

Nos anos de 1990, as redes feministas, o ciberfeminismo, ganham destaque tornando-se mais uma alternativa de difusão das ideias feministas, com estruturas abertas, susceptíveis de inovações.

A ação política em rede tem sido uma das novas atuações do Movimento Feminista, em uma articulação com outros movimentos e ONGs. A política de conjunto é uma tentativa de colocar os problemas políticos, económicos e sociais em uma escala global sem reduzir os movimentos a uma

frente com um único programa, mas fazer emergir lutas coletivas que fortaleçam suas táticas ofensivas e organização.

As tecnologias possibilitam uma interação e mobilização, tanto no interior dos próprios movimentos, como na sua relação com outros movimentos. Os portais, os fóruns, permitem uma comunicação mais rápida e compartilham linguagens e símbolos.

Os sites aumentaram consideravelmente o número de usuários da internet e, criam a oportunidade de se conectar com o mundo virtual. Esse acesso é incentivado pelos movimentos, também como forma de interatividade e mobilização.

O ambiente cibernético tem sido um espaço de encontro e diálogo, inclusive para realizar protestos, conhecer propostas, se integrar a determinadas comunidades e participar de ações que contribuam com mudanças no mundo real.

É nesse contexto, permeado por novas formas de comunicação e interatividade, que o Movimento Feminista tem ampliado sua ação educativa, partilhando saberes, informações e, por que não, uma nova cultura – já que as ferramentas básicas de participação podem ser as redes sociais, os blogs, e tudo isso pode ser acessado da própria casa, “espaço das mulheres”. Por outro lado, estas ferramentas rompem com essa separação entre o público e o privado.

Acreditamos que, nas relações móveis das redes, o Movimento Feminista carrega “o sonho da democracia plena onde tudo se conecta e qualquer um pode ser o nó em algum momento, seja na emissão ou na recepção” (PINHEIRO, 2007, p. 19).

Esse ideal de democracia faz parte de sua própria história, constituindo-se um movimento plural, que congrega o diverso, tanto no que diz respeito as diferentes camadas sociais, como nas crenças religiosas, etnias e orientações sexuais.

O Movimento Feminista, como outros movimentos sociais e ONGs, faz parte de um sistema de interação que permite uma articulação de um novo tipo, com estruturas rizomáticas capazes de criar contatos, formas de responder a determinadas demandas e encaminhar lutas comuns que, isoladas, seriam quase impossíveis de realizar.

Os movimentos sociais representam, para as ativistas, espaços de construção de desejos, de recusa a exclusão, desigualdades, espaço onde conseguem expandir-se, podem agir, lutar e produzir realidades novas, modos de relação consigo e com o outro e de sentir-se parte da transformação social. (SALES, 2010, p.245)

A Marcha Mundial das Mulheres é um exemplo concreto de uma prática de conexão e interação. Nesse sentido, o que está ocorrendo no Brasil interage com o que acontece em diversas partes do mundo. Isso não resulta de modo algum em unificação, mesmo porque, cada país tem suas condições específicas, sua territorialidade e sua função de autonomia que deve preservar.

Essa interação entre os movimentos fortalece suas lutas e suas formas de resistência e, talvez, crie possibilidades de sensibilizar ativistas a se conectarem e se entrelaçarem com problemáticas voltadas para questões que afetam a vida das mulheres que se encontram no campo político, econômico, social e cultural, e é nesse momento que podem captar a intensidade do coletivo, mesmo que isso aconteça via redes virtuais. A interação virtual ou presencial pode ser uma forma de resistência, espaço de questionamentos.

### 2.3 #ELENÃO: nas redes e nas ruas

As redes são formas de organização que facilitam a comunicação e criam novos formatos de protesto e mobilização. Nas últimas décadas, com o surgimento de novas estruturas de participação, novos espaços de encontro e ferramentas de comunicação, os movimentos sociais no seu espaço de ação política reinventam o próprio sentido da ação coletiva. Foi dessa forma que o movimento #EleNão saiu das redes sociais para as ruas.

O Brasil, em 2016, passava por uma crise política de desestabilização do governo que resultou no golpe de estado contra a presidente do Brasil, Dilma Rousseff. O fato de ser uma presidente mulher influenciou na condução desse processo político? Além das questões da política global, as acusações sem prova, seria uma forma de negar às mulheres o espaço de poder e comando?

Destaca-se nesse processo a articulação do golpe com o capitalismo financeiro global e o peso da mídia na difusão de uma campanha difamatória nas redes sociais. Junta-se, nesse momento, outro ator determinante,

[...] entra em cena de modo arrebatador o quarto elemento fundamental no esquema do golpe comandado pelos endinheirados: o complexo judiciário-policial do Estado. Instituições destinadas a proteger a democracia passaram a agir de modo concertado para derrubá-la. Agindo em parceria e em conluio com a mídia conservadora e servindo de fomentadora para recém-organizada base social da extrema direita, a casta jurídica que comanda o combate à corrupção seletiva tornou-se a chave para a compreensão do “golpe branco” em abril de 2016. O combate à corrupção torna-se pornograficamente seletivo, uma vez que persegue a esquerda, enquanto blinda a direita. Mas sem a participação de nosso “partido das elites, a imprensa manipulada e manipuladora, não teria se formado o clima insurrecional que possibilitou o golpe” (SOUZA, 2016, p.105).

Após o impeachment da presidenta Dilma Rousseff, em muitas cidades brasileiras, movimentos sociais convocam a população para ir às ruas protestar, e também as redes sociais foram inundadas com a *hashtag* “#ForaTemer”. Em todas as manifestações de rua e nas redes sociais, as mulheres estavam presentes.

A agenda política do governo Temer afetou diretamente os direitos sociais, com a PEC 241, proposta de emenda constitucional que criou um teto para os gastos públicos do Governo Federal, por 20 anos. Essa emenda desestrutura o custeio da política social interferindo diretamente no orçamento das políticas de saúde, educação, seguridade social e assistência social. Com isso, novas manifestações ocorreram em protesto contra a redução de investimentos em áreas prioritárias.

Outra ação do governo Temer que gerou muitos protestos foi a Reforma Trabalhista aprovada em julho de 2017, que alterou a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e afetou conquistas sociais garantidas na Constituição.

Em 2018, a campanha eleitoral para presidente da República mobilizou a sociedade e gerou confrontos de ideias expostos principalmente nas redes sociais. Com o avanço de um candidato conservador que se expressava constantemente através das redes sociais com declarações polêmicas sobre negros, mulheres e LGBTs, incitando o ódio contra esses grupos, polarizou a sociedade em clima de indignação e admiração.

Diante dessa conjuntura, um grupo de mulheres criou o movimento "#Ele Não" no *Facebook*<sup>2</sup>, contra o candidato do Partido Social PSL, Jair Bolsonaro. Esse movimento cresceu rapidamente chegando a 2,5 milhões de membros e por isso, a página foi *hackeada* por um integrante fictício, que invadiu e alterou o nome do grupo para "Mulheres com Bolsonaro #17". Esse fato ocasionou a suspensão temporária do grupo, porém, dias depois o grupo retorna e ganha adesão de mulheres anônimas e famosas, brasileiras e estrangeiras, políticas, artistas, e também de muitos homens.

Essa forma de comunicação e expressão política tem sido uma *tática* das mulheres. Em março de 2014, surgiu uma das primeiras *hashtags*<sup>3</sup> feministas nacionais, #NãoMereçoSerEstuprada, em 2015, a #PrimeiroAssédio, em 2017, o #MeToo ganhou visibilidade em 85 países, dando visibilidade ao feminismo no país e no mundo. O Movimento Feminista como espaço de denúncia, de protesto e de solidariedade com as mulheres vítimas de violência física, psicológica e simbólica.

Em 2018, o #EleNão saiu das redes para as ruas e em 29 de setembro se constituiu na maior manifestação de mulheres da história do Brasil. Essa marcha congregou mulheres de diversos partidos na defesa da democracia. Caminhando pela cidade, de lilás, roxo, branco, vermelho essa multidão colorida trazia nas suas camisas, faixas, cartazes e gritos de ordem: EleNão. Ao dizer EleNão as mulheres se colocavam contra o fascismo, o racismo, o machismo, a homofobia e exaltava a diferença.

O que essa manifestação política teve de singular foi o poder de juntar além de grupos feministas, mulheres de movimentos sociais, de diversos partidos e grupos de esquerda, levando

também, para rua, torcidas organizadas de futebol, evangélicos e policiais. As manifestações correram o mundo e chegaram a Nova York, Lisboa, Porto, Paris, Londres, Barcelona, Berlim.

Nas redes e nas ruas, as mulheres disputam esses espaços de participação, o que lhes possibilita novas formas de mobilização e ativismo político, potencializado o surgimento de uma nova cultura política.

### 3 MULHERES, POLÍTICA E DISPUTA ELEITORAL: reinvenção e resistência?

A participação política das mulheres constitui um desafio na luta pela construção da igualdade de gênero. O histórico alijamento das mulheres dos espaços de poder e decisão está intrinsecamente relacionado aos processos de opressão (re)produzidos pelas relações de classe do capitalismo, relações patriarcais de gênero e pelo racismo, conjugado a outros marcadores sociais tais como geração, deficiência e orientação sexual.

No Brasil, o difícil acesso e permanência das mulheres em mandatos eletivos e nos cargos de comando, seja na esfera do Estado, seja nos movimentos sociais, sindicais e partidos políticos, são demonstrados em estudos e pesquisas nacionais e internacionais. Os dados divulgados pelo Instituto Alziras (2018) revelam que em 11,7% dos municípios brasileiros, 649 prefeitas estão no exercício do mandato (2017-2020), percentual 3% abaixo do alcançado nas eleições de 2012. No ano de 2016, não houve candidaturas femininas para o cargo de prefeito em 68% dos 5.568 municípios brasileiros. No tocante às Câmaras Municipais, as mulheres ocupam menos de 14% das cadeiras do legislativo e nenhuma vereadora foi eleita em 25% dos municípios.

A persistente sub-representação das mulheres na política é, há várias décadas, questão da agenda pública e pauta de lutas dos movimentos feministas. Relaciona-se com a histórica e cultural associação entre produção, esfera pública, política e o masculino, bem como, entre reprodução, esfera privada, tarefas domésticas e de cuidados e o feminino. Nesse contexto, adentrar no campo da política representativa impõe às mulheres rupturas com seu processo de socialização, o aprendizado de “fazer política” e “ser política”.

Em várias situações, a atuação dessas mulheres é parte das estratégias para conservar e manter o poder econômico e político de famílias e grupos dominantes. Mas, em outros casos, a inserção política emerge de convites, compromissos e acordos com lideranças locais, direções partidárias e candidatas(as) para criar seu próprio espaço. A atuação das mulheres em movimentos sociais, no partido político e sua história de vida são as bases a partir das quais se propõem ingressar e atuar na política representativa.



Pretende-se contribuir com esse debate ao apresentar questões e reflexões suscitadas pelo acompanhamento do processo eleitoral, em 2016, de candidatas a vereadora no município de Barreirinhas – Maranhão.

### **3.1 Mulheres, participação política e (sub)representação**

A presença das mulheres nas lutas contra as desigualdades e a conquista de direitos, embora invisibilizada, é secular. Este silenciamento e a exclusão das mulheres do espaço de afirmação da cidadania e da democracia remontam a apartação das denominadas esferas pública e privada, desde a Antiguidade. Na Era Moderna, com o advento das teorias liberais, persistiu a identificação do feminino à esfera privada, ao espaço doméstico. As mulheres são afastadas da política, das questões relacionadas com a polis, ineptas à esfera pública, ao exercício do poder político.

Trata-se de uma falsa dicotomia (ALMEIDA, 2007; OKIN, 2008), que fortalece a reprodução das relações de opressão, dominação, exploração e de desigualdade. Autoras feministas discutem suas conexões com o patriarcado, o racismo, o capitalismo. Ou seja, ampliar a análise sobre a separação entre o público e o privado, associando à categoria interseccionalidade contribui para compreender e lutar contra a exclusão e a representação desigual das mulheres, em sua diversidade, nos espaços de poder e decisão. Consoante Crenshaw (2002, p.177), a interseccionalidade é uma conceituação que

[...] busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras. Além disso, a interseccionalidade trata da forma como ações e políticas específicas geram opressões que fluem ao longo de tais eixos, constituindo aspectos dinâmicos ou ativos do desempoderamento.

Pesquisadoras e militantes feministas questionam também as concepções universalistas e excludentes de democracia e cidadania que obstaculizam o reconhecimento das mulheres como sujeito de direitos e naturalizam sua ausência nos espaços decisórios e de representação. Como afirma Ferreira (2010, p. 69):

A ausência das mulheres nesses espaços representativos da sociedade reflete na formação das mentalidades e no sentimento de inferioridade incorporado pela própria mulher e pelos demais sujeitos sociais. A partir desses espaços, é possível perceber como essas distinções entre o que é “permitido” e o que é “negado”, que perpassam toda a sociedade patriarcal, são invisíveis e fazem com que as mulheres encontrem dificuldades para romper este “destino determinado” que as exclui de participar da vida pública.

Convém observar que é inegável o alargamento da inserção política das mulheres ao se constatar espaços e políticas públicas conquistados em consequência das lutas dos movimentos de mulheres e feministas no Brasil, a partir do final dos anos 1970, “tanto do ponto de vista institucional como em suas formas alternativas” (PINTO, 2001, p. 100). Os aspectos inovadores – política participativa (e de pressão) – referem-se à dinâmica e capilaridade em âmbito nacional, estadual e local propiciado por redes, fóruns, grupos, núcleos e ONGs (PINTO, 2001). Não obstante, são igualmente incontestáveis as relações, as representações e os mecanismos de poder que distanciam as mulheres da disputa e do acesso aos espaços de poder e representação política.

Em 1932, as mulheres conquistaram o direito de votar e serem votadas. Contudo, a baixa representação em cargos eletivos continua. Segundo a União Internacional de Paramentos (UPI), o Brasil é um dos países com menor índice de participação feminina na política: ocupava, em março de 2018, a 152ª posição (10% de representação na Câmara Federal e 16% no Senado), entre 190 nações, a última entre os países da América do Sul e terceira pior das Américas (BRASIL, 2018).

As cotas de gênero são um dos expedientes adotados na tentativa de atenuar ou superar a sub-representação e incentivar a participação política das mulheres. No Brasil, alguns partidos adotam as cotas partidárias decididas internamente. Desde 1995, existe a cota no Legislativo: - Lei 9.100/95 estabeleceu 20%, no mínimo, das vagas para as Câmaras de Vereadores de cada partido ou coligação deveriam ser preenchidas por candidaturas de mulheres; - Lei 9.504/1997 ampliou para 25% (expandida em 1998, para 30%) a cota e estendeu para as assembleias estaduais e câmara federal; - Lei 12.034/2009 definiu a obrigatoriedade de no mínimo 30% e no máximo de 70% de candidaturas de cada sexo, destinação de 5% dos recursos do fundo partidário para ações de fortalecimento, difusão e promoção das candidaturas femininas e 10% do tempo de rádio e televisão para promoção da participação política das mulheres.

Mesmo reconhecendo avanços, os efeitos das cotas são fracos, tendo em vista a meta de acelerar a inserção das mulheres no legislativo. Melo e Thomé (2018) expõem dados do Tribunal Superior Eleitoral sobre as eleições municipais de 2016, que ratificam esta afirmação. Informam as autoras que dos 16.131 candidatos que não tiveram nenhum voto, 14.417 eram mulheres (89,3%), incluídas para atingir a cota, atuam como “laranjas”.

As considerações apresentadas denotam o desafio enfrentado pelas mulheres que decidem enfrentar a disputa eleitoral “pra valer”.

### **3.2 Desafios de ser mulher e candidata: “essa é espoca urna”**

Vivenciar o processo de pré-campanha, campanha eleitoral e eleições no município de Barreirinhas/Maranhão, em 2016, suscitou vários questionamentos e reflexões sobre a realidade e o significado da participação política das mulheres. Parte deles compartilha-se neste texto.

A cidade de Barreirinhas – MA, conhecida como um dos portais e a “capital” dos Lençóis Maranhenses, em 2017, tinha uma população estimada de 62.458 habitantes. Nas eleições de 2016, 42.817 eleitores estavam aptos a votar.

Disputaram a eleição para a Câmara de Vereadores 132 candidatos: 41 mulheres (31,06%) e 91 homens (68,94%). Concorreram dois partidos isolados (PSOL e PSB) e 5 (cinco) coligações: 1 – PCdoB / PSDB / SD / PDT – Juntos por Barreirinhas I; 2 – PPS / PRB / PSDC / PT – Juntos por Barreirinhas II; 3 – REDE / PSL / PROS / PSD / PRP / PTN / PSC / PRTB – Barreirinhas de Todos Nós; 4 – PTB / PMDB / PR / DEM / PMB / PV / PTC – O Melhor para Barreirinhas, e 5 – PEN / PHS – A Esperança do Povo.

Ressalta-se neste cenário de 27 partidos: 4 (quatro) (PSDB, PSL, PRP e PSD) concorreram apenas com candidatas (5, 3, 2 e 1 respectivamente) e 1 (um) partido (PR) somente com 2 candidatas – situação possível em razão da Lei 12.034/2009, que permite o cumprimento do percentual de 30% através da coligação.

Foram eleitos 12 homens (80%) e 3 (três) mulheres (20%). Tal resultado revela o porquê da reivindicação das mulheres pela paridade na lista de candidatos e da cota proporcional de cadeiras no legislativo que só poderão ser ocupadas por mulheres. Ele sinaliza a desigualdade nas instâncias de participação e representação política, que exclui e subalterniza as mulheres.

O primeiro aspecto a ser destacado é a definição de quem será candidato(a). Às vezes, a decisão é do partido. Espaço ainda marcadamente machista, muitas vezes, organizado pelo impedimento de candidaturas avulsas, personalizado no presidente<sup>4</sup>, trocado ao sabor das conveniências, negociações e acordos. O(a) candidato(a) é convidado(a) por ser representante das propostas do partido, uma liderança no povoado, no meio profissional ou religioso. Há os casos de políticos tradicionais que querem manter ou conquistar a vereança de políticos emergentes, através da articulação no âmbito estadual ou federal, ou com a utilização de práticas de cooptação e clientelismo. Existem situações de indicação de um representante ou substituto pertencente à família. Cita-se ainda, proposituras individuais ou coletivas originadas na inserção do(a) candidato(a) nos movimentos sociais e sindicais.

A exigência do cumprimento de 30% de mulheres para o cumprimento de cotas faz emergir outro tipo de candidatura: as “laranjas”. Aquelas que não são candidatas de fato, mas entram no jogo eleitoral para garantir as candidaturas masculinas. Servem também para acessar o fundo

partidário destinado às mulheres. Assim, constata-se que 4 (quatro) candidatas a vereadora não obtiveram voto, fato que não ocorreu com candidatos.

Mais lamentáveis são as decisões, algumas vezes sem a participação das interessadas, de excluir candidatas porque a quantidade já é suficiente para assegurar as candidaturas masculinas, assim como possibilitar a concretização da coligação.

A multiplicidade de partidos, a necessidade de garantir o coeficiente eleitoral, as alianças, o voto personificado que acirra a disputa entre candidatos(as) e as mudanças partidárias são mencionados por Ferreira (2010), ao discorrer sobre a filiação partidária no legislativo maranhense entre 2002-2005, apontando para a fragilidade dos partidos no estado. Similares considerações se adequam ao município de Barreirinhas na década 2010.

Concordo com Ferreira (2010, p. 125), quando afirma que “não existem grandes diferenças nas trajetórias entre os gêneros, elas se assemelham” no que tange às maneiras das mulheres se inserirem na política. Mulheres, e também homens, ingressam “por laços familiares, por militância política (partidária, sindical, religiosa) ou quando se destacam em suas atividades profissionais”. No entanto, a partir da disputa eleitoral de 2016 em discussão, o que se pode inferir é que a dessemelhança encontra-se nos empecilhos à participação colocados pelas relações patriarcais de gênero, de classe e raça. As condições desfavoráveis para “fazer política”, vivenciadas pelas trabalhadoras urbanas e rurais, chefas de família e mulheres mais pobres, dificultam a construção de uma carreira política.

“Ser política” é adentrar em um campo com exigências de atitudes, comportamentos e competências diferentes daqueles necessários para o desempenho dos papéis tradicionalmente atribuídos às mulheres. Como afirma Biroli (2018, p. 210):

Os muros ou os tetos de vidro que delimitam a participação das mulheres na política são feitos da energia e do tempo que lhes é roubado pelo trabalho prestado aos mais próximos e à sociedade, trabalho que muitas vezes não é reconhecido como tal, reforçando sua desvalorização. São feitos, ainda, dos estereótipos que associam o feminino à instabilidade emocional, à fragilidade e à baixa competência, assim como da violência física e simbólica que constrange e pune aquelas que “ousam” participar dos espaços tradicionalmente masculinos do exercício político.

O problema não é ou está na mulher, mas como discute-se ao longo deste texto, o problema está nas desigualdades sociais mantidas pelo capitalismo, patriarcado e racismo. As diversas expressões de lutas das mulheres sobre “o fazer político” expressam nossa resistência: “Amanhã vai ser outro dia!”.

#### **4 PROTAGONISMOS DAS MULHERES E RELAÇÕES DE GÊNERO EM SÃO LUÍS**

De acordo com o Atlas de Desenvolvimento no Brasil (2013), São Luís apresenta o Índice de Desenvolvimento Humano (IDHM) de 0,768, que situa o município na faixa de IDHM Alto, com taxa de crescimento de 16,72%. O hiato de Desenvolvimento Humano (educação, longevidade e renda) que mais apontou crescimento foi Educação, com 0,170, seguido por Renda e Longevidade. Dessa forma, São Luís ocupa a posição 249ª entre os 5.565 municípios do Brasil, segundo IDHM.

No quesito trabalho e renda, a inserção das mulheres no mercado de trabalho é menor que a dos homens. No ano de 2015, a participação da mulher no mercado de trabalho representava um percentual de 44%. A questão de rendimento feminino em comparação ao rendimento masculino era de 91,3%, sem levar em consideração a taxa de escolaridade. O percentual de desigualdade salarial é alto, representando 63,7%, percebe-se que ainda há desigualdade nas oportunidades de emprego e disparidade salarial entre homens e mulheres (PORTAL ODM, 2014).

A cidade de São Luís é marcada por mulheres que fizeram história e deixaram grandes contribuições para país, como: Maria Firmina dos Reis, mulher negra que foi escritora e considerada a primeira romancista brasileira. Outra grande mulher foi Maria José Camargo Aragão, que foi médica e professora, fez história como líder do Partido Comunista do Brasil, e tornou-se referência de mulher negra e feminista no País. Ana Joaquina Jansen Pereira tornou-se uma das maiores produtoras de algodão e cana-de-açúcar do Império, destacou-se por ser uma mulher envolvida na política. Outra mulher com protagonismo político é Roseana Sarney, a primeira mulher a chefiar um Estado Brasileiro, no ano de 1994 (RADIOAGÊNCIA NACIONAL, 2016 e PALMARES, 2014).

No contexto da política formal, as mulheres estão sub-representadas – na Câmara Municipal, são apenas 10% do total de vereadores eleitos. Fato que se reproduz em praticamente todas as câmaras municipais brasileiras, a exceção dos Municípios de Senador La Roque (MA) e Uruçui (PI), onde as mulheres são a maioria das eleitas. (FERREIRA, 2015). A exclusão das mulheres na representação municipal é visível quando nos deparamos com a desigualdade de gênero nos mandatos parlamentares conforme quadro abaixo:

**Quadro 1 – Vereadoras de São Luís por mandato legislativo**

LEGISLATURA-ANO	VEREADORAS	LEGISLATURA-ANO	VEREADORAS
1ª 1948-1949	Nenhuma eleita	10ª 1977-1983	Lia Varela
2ª 1949-1951	Nenhuma eleita	11ª 1983-1988	Lia Varela Ana Rita Botão Braga
3ª 1951-1955	Maria de Lourdes Diniz	12ª 1989-1992	Lia Varela

	Machado		Simone Andrade Macieira Nazaré Carvalho
4ª1955-1959	Nenhuma eleita	13ª1993-1996	Nenhuma eleita
5ª1959-1963	Nenhuma eleita	14ª1997-2000	Helena Barros Helluy Telma Pinheiro
6ª1963-1967	Nenhuma eleita	15ª2001-2004	Nenhuma eleita
7ª1967-1971	Genoveva Moares Correia	16ª2005-2008	Marília Lima Mendonça Maria Helena Castro
8ª1971-1973	Lia Varela	17ª2009-2012	Rose Sales Moreira
9ª1973-1977	Nenhuma eleita	18ª2013-2016	Rose Sales Moreira Helena Duailibe Bárbara Soeiro
		19ª 2017-2020	Bárbara Soeiro Fátima Araújo Concita Pinto

Fonte: Elaborado pela autora a partir de documento da Câmara Municipal de São Luís.

O quadro apenas evidencia nossas afirmações de que as mulheres continuam sendo sub-representadas em pleno Século XXI, quando se percebe que entre os 35 vereadores eleitos em 2016, apenas 3 (três) são do sexo feminino. Esse é um retrato da maior parte das Câmaras brasileiras.

#### 4.1 Protagonismo político e relações de gênero em São Luís – MA

Liderar é arte de influenciar, atrair, sensibilizar e mobilizar pessoas, esse é o significado de liderança no dicionário. Porém, liderar é muito mais que o significado no dicionário, é uma ação política de grande responsabilidade, porque envolve representar toda a sociedade, e buscar os interesses de toda uma coletividade.

Mas nesse quesito de representatividade, as mulheres não estão incluídas. O pouco acesso das mulheres ao espaço público evidencia que a estrutura social ainda é machista e não criaram mecanismos de garantir e participação das mulheres nos espaços de poder e decisão (FERREIRA *et al.*, 2016).

Traçar o perfil das mulheres lideranças em São Luís tem o intuito de retirar da invisibilidade mulheres de diferentes correntes partidárias, líderes comunitárias e religiosas que protagonizam e ou protagonizaram na vida social, política e comunitária a luta por direitos e igualdade. Além disso, buscou-se mulheres que exercem lideranças e foram indicadas como tal pelos seus pares com competência para ocupar cargos, e ou espaços de poder e decisão. Na escolha dessas mulheres,

foram ouvidas, de forma direta, diversas lideranças que militam em partidos, grupos comunitários, religiosos, sindicatos, etc.

#### 4.2.1 Perfil das lideranças femininas em São Luís

A representatividade feminina na política é importante, pois somente com a eleição de mulheres a sociedade alcançará a igualdade de gênero. Ainda vivemos em uma sociedade patriarcal que oprime as mulheres e privilegia os homens, assim, só alcançaremos uma sociedade igualitária, se as mulheres tiverem as mesmas oportunidades de vida, de salário, de acesso à política que os homens.

As mulheres que fazem parte do universo desta pesquisa são mulheres que possuem características de líderes e que, portanto, tem capacidade para promover mudanças na sociedade. Sendo assim, foram entrevistadas 18 mulheres lideranças em São Luís, mulheres que estão desde a base até a frente de organizações sociais, sindicatos, movimentos sociais e partidos políticos.

Percebemos que a maioria das mulheres está na faixa etária acima de 40 anos, isso demonstra dois pontos relevantes: o primeiro é que é nessa faixa etária que diminui o cuidado com os filhos e assim disponibilizam de mais tempo para a participação política; o segundo ponto é que as mulheres jovens são pouco expressivas nesses espaços de participação. A maioria das mulheres possui filhos, o que não se torna um empecilho, porém, a sociedade patriarcal delimitou o cuidado dos filhos às mulheres como uma atribuição e obrigação, tirando toda a responsabilidade dos homens com o cuidado com as crianças. Assim, as mulheres dedicam grande parte do seu tempo e da sua vida para cuidar da família.

Notamos que as mulheres são, em sua maioria, solteiras, indicando que dispõem de mais tempo para se dedicar a política, participar dos partidos políticos, das organizações e instituições representativas. Diferente das mulheres casadas, que dispõem de pouco tempo para tais atividades, a sobrecarga das tarefas da vida familiar desemboca em duplas e até triplas jornadas de trabalho, assim a vida política fica em último plano. Como afirma Souza (2013, p.189): “O papel da mulher na sociedade tem mudado muito, mas a divisão das responsabilidades domésticas e com o cuidado com os filhos permanece influenciando, sobremaneira, a decisão das que almejam a carreira pública”.

À mulher ainda é atribuída às responsabilidades domésticas e familiares, ela fica subordinada à esfera privada, e é nesse espaço que ela destina grande parte de seu tempo, dedica sua vida. Impedida de ultrapassar as determinações do mundo doméstico, desiste de seus sonhos, na maioria das vezes não conhece o que está fora da vida privada. Essa sobrecarga de tarefas deixa as

mulheres sem tempo e disposição de viver suas carreiras de trabalho, e principalmente as deixam fora da vida pública.

No que se refere à raça e etnia, verifica-se que há um número representativo de mulheres negras que foram entrevistadas, dentre as quais se destaca Rose Sales, ex-vereadora por dois mandatos consecutivos, atualmente está pleiteando uma cadeira na Assembleia Legislativa, demarcando uma minoria com condições de lutar, representar e influenciar a vida de muitas mulheres ludovicenses. O número mulheres com formação acadêmica é relevante (70%), sendo que 50% das entrevistadas informaram ter pós-graduação. Este dado nos permite apontar que essas lideranças possuem consciência política e compreendem a importância das mulheres nesses espaços de poder e decisão.

A participação das mulheres em partidos políticos evidencia que elas estão conquistando seu espaço na vida pública. Já que historicamente os partidos políticos foram considerados organizações masculinas, comuns à esfera pública e ainda são vetadas às mulheres (COSTA, 1998). Percebemos que as lideranças entrevistadas participavam, em sua maioria, de partidos considerados de esquerda, que tentam romper com o modelo dominante de partidos, como o PT (Partido dos Trabalhadores), PMN (Partido da Mobilização Nacional), PDT (Partido Democrático Trabalhista), PSTU (Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado), e o PSOL (Partido Socialismo e Liberdade), que são partidos que, segundo as entrevistadas, promovem ações, capacitações, discussões sobre a participação da mulher na política.

#### 4.2.2 Visão sobre a participação e protagonismos das mulheres

A participação das mulheres nas Câmaras Municipais, de acordo com Ferreira (et al., 2016), tem percentual de 18,44% no Maranhão, indicando que embora as mulheres ainda sejam sub-representadas, houve um aumento significativo em relação as eleições de 2012. Esses dados indicam que ainda precisamos galgar um longo caminho para alcançar a igualdade de gênero.

Nesse sentido, perguntamos às entrevistadas como elas analisavam a participação das mulheres nas Câmaras e Assembleia do Maranhão. 64,70% afirmam que elas são pouco reconhecidas. Esse fato demonstra os muitos desafios que as mulheres enfrentam dentro desses espaços, ainda estereotipadas e vistas como servientes apenas para tarefas domésticas. Assim destacamos:

*[...] São pouco reconhecidas, é um trabalho arquitetado para 'invisibilizar' a atuação política das mulheres. Têm mulheres de fibra, atuantes mulheres que conseguem se investir de autoridade, das atribuições que competem o cargo eletivo, mas ainda há muito que superar [...] (LIDERANÇA, grifo nosso).*



Muitas dificuldades são enfrentadas por essas mulheres. Historicamente, elas foram criadas para cuidar das tarefas do lar, foram silenciadas por muitos anos, não estão familiarizadas com a política, ainda tem dificuldades de expor suas ideias. Assim é preciso “jogo de cintura” para se sobressair em um local que “biologicamente” foi destinado aos homens. A luta pelo reconhecimento enquanto sujeito político exige das mulheres mais competência e clareza dos cargos que exercem.

As mulheres, quando dentro desses espaços, colocam em pauta as reivindicações dos grupos de mulheres, e de outros grupos como crianças, adolescentes, idosos, deficientes, incentivando a agenda das políticas públicas. Perguntamos às lideranças se elas percebiam alguma ação e atitude dessas mulheres que estão na política formal; 72,20% (Figura 11) responderam que notavam, sim, atitudes e ações dessas mulheres dentro dos espaços de tomada de decisões.

*“[...] A diferença é muito no sentido de que elas ainda defendem as bandeiras de lutas femininas, defendem as mulheres, talvez não tenha a mesma força de um homem no parlamento” (LIDERANÇA, 5).*

*“[...] Elas chegam tímidas, mas se apropriam do lugar e do modus operandis. Fazem iniciativas parlamentares e ações que viabilizem a participação das mulheres” (LIDERANÇA 6).*

A participação política de todos é um fator importante para o desenvolvimento da democracia, ainda há muitas barreiras para que a democracia se concretize de fato. Para isso, é preciso que todos tenham oportunidades iguais de acesso ao espaço público, sendo assim, torna-se importante eleger mulheres para o livre desenvolver democrático.

A eleição de mulheres é importante para garantir a democracia no Brasil e permitir que se viva a democracia nesses espaços ainda patriarcais onde as mulheres são em geral, tolhidas e agredidas, [...] Além disso, é importante considerar que é no Congresso, nas Assembleias Legislativas e nas Câmaras Municipais que são votados projetos de orçamentos e são pensadas políticas públicas que podem alterar a situação de subalternidade e de violência em que vivem as mulheres, [...] (FERREIRA *et al.*, 2016, p. 21).

A consciência da importância das mulheres no poder tanto por parte das que são eleitas, tanto por parte das eleitoras, é essencial para promover a igualdade de gênero tão almejada para as mulheres. Por isso, é preciso trabalhar em conjunto para promoção dos direitos das mulheres. Assim, perguntamos às entrevistadas se mulher não vota em mulheres, 61,10% responderam que discordavam, algumas responderam que não se tratava apenas de votar em mulheres, mas de não se identificar com aquela mulher que está sendo candidata, pois muitas mulheres que se candidatam representam suas famílias, ou representam seus maridos, mas não representam de fato as mulheres, embora algumas tenham respondido que serão e são bem representadas por mulheres, já que mulher entende do que a outra precisa,

*[...] Homem vota em mulher, mulher vota em mulher. O que existe é a má política, compra de voto, ações eleitoreiras, existem muitas outras questões do que simplesmente mulher não voltar em mulher. As mulheres não tem financiamento, somos deixadas de lado. Existe um jogo de gerar dependência, de nutrir a eleição e reeleição de corruptos” (LIDERANÇA 10).*

*“Não é real em sua totalidade, mulher entende do que a outra precisa. Quando uma mulher deixa de votar em outra mulher, é porque ela representa um projeto que não a contemple” (LIDERANÇA 12).*

*[...] Quando a mulher tem uma identidade com as mulheres, elas votam”. (LIDERANÇA 13).*

As lideranças entrevistadas que participaram da pesquisa fazem parte de organizações sindicais, movimentos populares e sociais, entidades e partidos políticos, são mulheres capazes de mudar a atual estrutura política e social de São Luís. Desse modo, perguntamos às elas se teriam vontade de se candidatar a algum cargo eletivo, e 61,10 % responderam que se candidatariam. Isso desmistifica uma crença de que as mulheres não querem se candidatar. Os dados demonstram o contrário, uma vez que, nas entrevistas, a maioria das lideranças respondeu que sim, que se candidatariam, inclusive encontramos mulheres vereadoras como a Rose Sales, e outras mulheres como a professora Rosilda Dias, que vão pleitear um cargo eletivo, mas o percentual de 38,9% não pensa em se candidatar.

## 5 CONCLUSÃO

Mesmo com avanços e conquistas, nota-se que a participação das mulheres nos espaços de poder e decisão ainda não mudou as estruturas patriarcais para a total efetivação da democracia e conseqüentemente para a inclusão desse segmento majoritariamente no país. A questão da sub-representatividade das mulheres no poder expressa sua exclusão nos espaços de tomada de decisões e a dificuldade do país em construir uma sociedade em que elas sejam protagonistas. Embora as mulheres estejam presentes no espaço público, o espaço privado ainda é o principal local onde as mulheres exercem seus “domínios”, que dedicam grande parte do seu tempo e toda sua vida.

As mulheres ocupam minimamente os partidos políticos, e quando ocupam, são como forma de preenchimento de cota, não sendo reconhecidas pelas suas ações e por seus ideais, usadas como massa de manobra e como forma quantitativa de preenchimento de vagas. A questão da paridade de gênero e igualdade social perpassa muito distante os partidos políticos, muito perceptíveis nas falas das mulheres que foram entrevistadas no município de São Luís. Essa presença pouco representativa das mulheres reflete os obstáculos para seu reconhecimento como sujeito político.

É importante a participação das mulheres nos espaços de poder e tomada de decisão como forma de promover a igualdade de gênero e para o fim da sociedade patriarcal. Contribuir para o

empoderamento das mulheres e fortalecer seu protagonismo são formas das mulheres interferirem nas instituições seus bairros, em suas cidades, na sociedade de forma mais efetiva e organizada.

Na atual conjuntura, muitos desafios se colocam para o Movimento Feminista e requerem ações que partam do pensamento de que é preciso descobrir táticas que possam tentar *desfazer esse jogo do outro* (CERTEAU, 1999). Isso significa alterar regras do espaço opressor, encontrar caminhos, usar de *astúcia* que reverta essa situação de subordinação, de incapacidade no campo político, na ciência e na tecnologia.

As redes sociais, com todas suas contradições, tem sido capaz de propiciar um novo sentido de encontro, de comunicação, de interação, de apropriação e uma forma de fazer política. Nessa perspectiva, as feministas podem, nas redes, trazer discussões sobre temas voltados para as questões que afetam as mulheres, pode ser um canal de comunicação e possibilidade de questionar as supostas universalidades e unidade que envolve o *sujeito mulher*, de repensar “uma política representacional capaz de renovar o feminismo em outros termos” (BUTLER, 2003).

A internet torna-se um espaço de escrita, de signos, códigos, revelação, exposição e de interação. Desse modo, as redes sociais, *Facebook, Instagram*<sup>5</sup>, oferecem aos seus participantes um espaço virtual que se “concretiza” de qualquer computador com Internet, que, por sua vez, permite o uso ágil do tempo, pois a comunicação é rápida e eficiente.

Assim, o acesso a esse meio de comunicação se constitui um meio não somente de expressão de ideias, mas, sobretudo de disputa de espaço. Para Castells (2003), a internet é um novo suporte tecnológico para a sociabilidade.

As Redes Feministas, nas suas várias formas de organização, como o agrupamento por tema, Redes temáticas, pela geografia, as Redes regionais, as que agregam associações, federações que são as Redes organizacionais, podem estender suas ideias e projetos a um universo sempre mais amplo de interlocutoras, fazendo conexões com outras redes feministas e com outros movimentos sociais. Para isso, necessita contar com meios adequados para o desenvolvimento de fluxos de informação, gerenciamento organizacional e comunicação entre seus grupos.

As redes através da internet podem, e já o fazem, socializar as publicações feministas, através da divulgação de revistas, boletins que tenham como objeto as mulheres e/ou as relações de gênero com toda a pluralidade, diversidade e riqueza de entendimentos que os termos mulheres, gênero e feminismo comportam, rompendo as fronteiras espaciais. Possibilita a troca de informações e conhecimentos entre movimentos, grupos, pessoas, desenvolver teias de relações, redes de discussões, lugar para compartilhar experiências, conhecimentos, emoções e sensações.

As Redes Feministas que se baseiam nos princípios do feminismo devem suscitar criação, invenção, suscitar articulação, a começar pela própria estrutura e funcionamento. Nas redes, as mulheres conseguiram buscar estrategicamente as fissuras, os paradoxos para construir formas de resistências.

As manifestações #EleNão foram práticas políticas que reafirmaram o poder das mulheres no uso das tecnologias de resistências, para se apropriar do espaço público que lhe é negado e/ou controlado. O Movimento #EleNão ultrapassou o espaço virtual e se apropriou das ruas, produziu mobilidade, subvertendo temporariamente a ordem da cidade. Nas manifestações, as mulheres produziram linguagens diversas, quando trouxeram as batucadas, os discursos políticos e a resistência.

Sobre o protagonismo das mulheres na política, há muito a pesquisar e lutar. As mulheres têm um grande desafio, que não é só nosso. É de toda a sociedade: aprofundar a democracia e vencer as desigualdades.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, S. S. de. **Femicídio**: algemas (in)visíveis do público-privado. Rio de Janeiro: REVINTER, 1998.

BANDEIRA, Lourdes. Feminismo, Memória e História. In: SALES, Celcina *et al* (org.) **Feminismo, Memória e História**. Salvador: REDOR, 2000.

BIROLI, F. **Gênero e desigualdades**: os limites da democracia no Brasil. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2018.

BRASIL. IBGE. Estatísticas de gênero: indicadores sociais das mulheres no Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, Coordenação de População e Indicadores Sociais, 2018.  
Disponível em: [https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101551\\_informativo.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101551_informativo.pdf). Acesso em: 20 abr. 2019.

BUTLER, Judith. **Problemas de Gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CASTELLS, M. **A galáxia da Internet**. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

\_\_\_\_\_. **A Sociedade em Rede**. A Era da Informação. Economia, Sociedade e Cultura, Vol. I, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2002.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**. 4 ed. Petrópolis: Vozes, 1999.

COSTA, A. A. A. **As donas do poder**. Mulher e política na Bahia. NEIM/ UFBA, Salvador- BA, 1998.  
Disponível em: <http://www.neim.ufba.br/site/arquivos/file/donasnopoder.pdf>. Data de acesso: 15 jun. 2017.

CRENSHAW, K. DOCUMENTO PARA O ENCONTRO DE ESPECIALISTAS EM ASPECTOS DA DISCRIMINAÇÃO RACIAL RELATIVOS AO GÊNERO. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 171, jan. 2002. ISSN 1806-9584. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2002000100011/8774>. Acesso em: 20 abr. 2019.

FERREIRA, M.M (org.). **Saberes e os poderes das mulheres: a construção do gênero**. EDUFMA, São Luís, 2001.

\_\_\_\_\_. **Nos bastidores da tribuna: mulher, política e poder no Maranhão**. São Luís: EDUFMA, 2010.

\_\_\_\_\_. (org.). **Gênero, política e poder: participação das mulheres nos espaços de poder no Norte e Nordeste brasileiro**. EDUFMA, São Luís, 2012.

\_\_\_\_\_. **Vereadoras e prefeitas maranhenses: ação política e gestão municipal com enfoque de gênero**. EDUFMA, São Luís, 2015.

FERREIRA, M.M; SÁ DIAS, M.J; PINTO, N. M. A; LEMOS S.T.F. **Direitos iguais para sujeitos de direito: empoderamento de mulheres e combate à violência de doméstica**. EDUFMA, São Luís, 2016.

IBGE, Censo Demográfico, 2010. Disponível em: [www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br). Acesso em: 31 jul. 2017.

INSTITUTO ALZIRAS (org). **Perfil das prefeitas no Brasil: mandato 2017-2020 [recurso eletrônico]** / Rio de Janeiro: Instituto Alziras, 2018. Dados eletrônicos (pdf). Disponível em: <http://prefeitas.institutoalziras.org.br/>. Acesso em: 20 fev. 2019.

INSTITUTO MARANHENSE DE ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS E CARTOGRÁFICOS.  
**Enciclopédia dos municípios maranhenses: microrregiões geográfica de Rosário, IMESC, São Luís, 2014.**

MELO, H. P. de.; THOMÉ, D. **Mulheres e poder: histórias, ideias e indicadores**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2018.

OKIN, S. M. Gênero, o público e o privado. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 16, n. 2, p. 305-332, maio 2008. ISSN 1806-9584. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2008000200002/8618>. Acesso em: 20 abr. 2019.

PALMARES FUNDAÇÃO CULTURAL. **Personalidade Negra – Maria Firmina dos Reis/ Maria Aragão**, Brasília – DF, 2014. Disponível em: <http://www.palmares.gov.br>. Acesso em: 31 jul. 2017.

PERROT, M. **As mulheres ou silêncios da história**. Bauru – SP: EDUCS, 2005.

PINHEIRO, Marta Araujo. Cultura dos links: conjunção e conexão nas redes *In: Revista FAMECOS*, Porto Alegre, 2007 n. 32, abr./07, quadrimestral 19, p. 17–22.

PINTO, C. R. J. Paradoxos da participação política da mulher no Brasil. **Revista Usp**. São Paulo, n.49, p. 98-112, mar./maio 2001.

PORTAL ODM. Acompanhamento municipal dos objetivos de desenvolvimento do milênio: site municipal dos indicadores sociais. 2014. Disponível em: <http://www.portalodm.com.br>. Acesso em: 30 de julho de 2017.

RAGO, Luzia Margareth. **Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar: Brasil 1890-1930**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

SALES, Celecina M. Veras. Mulheres Jovens Rurais: marcando seus espaços. *In*: SCOTT, Parry; CORDEIRO, Rosineide; MENEZES, Marilda (orgs.). **Gênero e Geração em contextos rurais**. Ilha de Santa Catarina: Ed. Mulheres, 2010. p. 423 a 448.

SOUZA, J. . **A radiografia do golpe**. São Paulo, Brasil: Leya, 2016.

SOUZA, S.R. **A mulher nos espaços de poder político**. Banco Mundial. Cadernos Adenauer XIV, n. 3, p. 183-198, 2013. Disponível em: <http://www.kas.de/wf/doc/11291-1442-5-30.pdf>. Acesso em: 15 jun. 2017.

## Notas

<sup>1</sup> Segundo Certeau (1999), é “a ação calculada que é determinada pela ausência de um próprio. Então nenhuma delimitação de fora lhe fornece a condição de autonomia. A tática não tem lugar senão o do outro. E por isso deve jogar com o terreno que lhe é imposto tal como o organiza uma lei de uma força estranha. Não tem meio para si manter em si mesma, à distância, numa posição recuada, de previsão e de convocação própria: a tática é movimento “dentro do campo de visão do inimigo” (p. 100)

<sup>2</sup> É uma rede social virtual criada, em 2004, por estudantes da Universidade Harvard. O Facebook possui diversas ferramentas e aplicativos, onde tem um espaço na página de perfil do usuário que permite aos amigos postar mensagens para ele ver, além de aplicativos, com diversos assuntos, eventos. É a rede mais utilizada em todo o mundo por usuários ativos mensais.

<sup>3</sup> É uma expressão utilizada entre os usuários das redes sociais, na internet. Consiste de uma palavra-chave antecedida pelo símbolo #, utilizada para categorizar os conteúdos publicados nas redes sociais, ou seja, cria uma interação dinâmica do conteúdo com os outros integrantes da rede social, que estão ou são interessados no respectivo assunto publicado ou visualizarem a hashtag #eleições, aparecerá todos os que participaram da discussão.

<sup>4</sup> Diálogo comum sobre política: “– Qual teu partido?”/“– Não me lembro. É o partido de fulano(a).”.

<sup>5</sup> É uma rede social de compartilhamento de imagens.